

Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*

Sonia E. Alvarez**

Resumo

Este artigo propõe uma linguagem conceitual, um aparelho interpretativo e uma nova unidade de análise para repensarmos as dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e América Latina. Enquadrando os feminismos como campos discursivos de ação, elabora uma revisão narrativa de três momentos na trajetória dos feminismos contemporâneos à luz dessa abordagem analítica: 1) o “centramento” e a configuração do feminismo no singular; 2) o descentramento e pluralização dos feminismos e o “*mainstreaming*” (fluxos verticais) do gênero; e 3) o momento atual de “*sidestreaming*” (fluxos horizontais) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Protestos, Feminismos Plurais, Feminismos Jovens, Feminismos Negros, Transversalidade, *Sidestreaming*.

* Recebido para publicação em 22 de julho de 2014, aceito em 15 de setembro de 2014.

** Center for Latin American, Caribbean and Latino Studies, University of Massachusetts-Amherst. soniaa@polsci.umass.edu.

Beyond Civil Society: Reflections from the Feminist Field

Abstract

This essay proposes a conceptual language, an interpretive framework, and a new unit of analysis for re-thinking the changing dynamics of feminisms in Brazil and the rest of Latin America. Theorizing feminisms as discursive fields of action in light of this analytical perspective, it develops a narrative revision of three moments in the trajectory of contemporary feminisms: 1) the “centering” and configuration of feminism in the singular; 2) the de-centering and pluralization of feminisms and the mainstreaming (or vertical flows) of gender; and 3) the current moment of side-streaming (or horizontal flows) of plural feminisms and the multiplication of feminist fields.

Key Words: Social Movements, Protests, Plural Feminisms, Young Feminisms, Black Feminisms, Mainstreaming, Side-Streaming.

Introdução

Muita tinta já foi derramada, inclusive por mim, sobre como deveríamos avaliar o surgimento, o desenvolvimento, o sucesso, e o declínio dos movimentos sociais, suas estratégias e relações com o Estado, os partidos, os espaços participativos, e as arenas internacionais.¹ Entre nós, feministas, militantes e acadêmicas, essas questões constituem foco frequente tanto de manifestos políticos e ensaios eruditos como de brigas ferrenhas em mesa de boteco e diatribes no ciberespaço e nas redes sociais. Independentemente do nível de abstração ou intensidade, nossas indagações pressupõem uma definição, quase sempre tida como senso comum e/ou verdade científica, do que precisamente constituiria um movimento social ou, no caso, “o” movimento feminista – suas principais expressões organizativas, atoras legítimas, lugares de atuação, etc. “Miramos siempre a un tipo de organización de mujeres en las claves donde imaginamos en la década pasada y eso no da resultado,” afirmaram as teóricas ativistas chilenas Raquel Olea e Claudia Barattini durante uma conversa em Santiago sobre o “estado do movimento” no final dos anos 1990. “Es muy frustrante porque tú miras el modelo social y buscas eso y no lo encuentras,” insistiram, “pero nada dice que se va a volver a articular de la misma manera. Ese es el gran desafío.”² O argumento teórico-epistemológico que só vou poder pincelar aqui foi originalmente inspirado em parte por esse desafio. Vou sustentar que como e onde “buscamos”, o feminismo “em movimento”, inevitavelmente, informa o que conseguimos enxergar e, conseqüentemente, flexiona como podemos imaginá-lo, teorizá-lo, e portanto, praticá-lo. Ruminar, discursar, discordar, e até delirar sobre o estado do movimento e diagnosticar a sua saúde em relação ao passado, às suas perspectivas atuais, e ao seu futuro, imediato ou distante, são passatempos corriqueiros

¹ Alonso, 2009; Abers e Von Bulow, 2011; e Gohn, 2012 e 2013, oferecem panoramas sucintos e incisivos da literatura sobre movimentos sociais.

² Entrevista com Raquel Olea e Claudia Barattini, La Morada, Santiago de Chile, em 11 de julho 1997.

entre aquelas (e alguns aqueles) que se identificam com o que proponho que entendamos como “campo(s) discursivo(s) de ação”, ao invés de movimento(s), feminista(s). E mais, quero sugerir que essas e outras questões interpretativas e preocupações politico-culturais *compartilhadas*, mesmo quando as/os nelas engajadas/os chegam a diagnósticos radicalmente opostos, fazem parte *constitutiva* de tais campos. Algumas logo iram retrucar que “aquelas” mulheres do partido, movimento, ou sindicato tal definitivamente “não são feministas”; mas mantenho que esse debate *em si*, tão comum e muitas vezes acrimônio, sobre “autenticidade” e “pertencimento”, entre as incluídas e as excluídas, que mesmo recusadas em alguns casos insistem em se autoproclamar feministas, é um dos componentes discursivos que articula o campo feminista.

Este artigo propõe uma re-visão epistemológica para repensarmos as dinâmicas dos feminismos no Brasil e na América Latina. O argumento faz parte de um projeto mais amplo que procura elaborar uma linguagem conceitual, um aparelho interpretativo, e uma nova unidade de análise que nos permitam melhor apreender as mudanças nos feminismos contemporâneos e, por extensão, em outros campos políticos que caracterizamos como movimentos sociais e que conceitualmente costumamos situar na arena da sociedade civil.

Enquadrando os feminismos como *campos discursivos de ação*³ – uma noção que venho enunciando há já algum tempo, mas que nunca realmente explicitarei teoricamente – esse projeto mais amplo avança uma re-visão interpretativa de três momentos nas trajetórias dos feminismos no Sul das Américas: 1) um primeiro momento de “centramento” e a configuração do

³ A minha principal dívida teórica na formulação dessa noção é com a literatura brasileira sobre campos “ético-políticos” (Baierle, 1992, 1998; Doimo, 1993, 1995; Sader, 1988). Há também uma vasta literatura sociológica sobre/teorias de “*fields*” ou campos, influenciada pelo Bourdieu e recentemente revisada em uma proposta de um novo paradigma por Fligstein e McAdam, 2012. Discutir os meus pontos de convergência e divergência com essa literatura está fora do escopo do presente trabalho.

“feminismo no singular”; 2) um segundo momento de “descentramento” e pluralização dos feminismos e do “*mainstreaming*” (fluxo ou transversalidade vertical) do gênero; e 3) um terceiro momento, o atual, em que presenciamos o que chamo de “*sidestreaming*”, o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas. Vou me alongar mais neste último momento, focalizando a experiência brasileira.⁴

Enquanto os movimentos sociais tipicamente são teorizados como um componente mais ou menos central da sociedade civil, sustento que os movimentos feministas, ao igual que a maioria dos chamados movimentos sociais, geralmente se expandem *para além da sociedade civil*. Ancorados na sociedade civil e se ampliando

⁴ Com apoio de uma bolsa da Comissão Fulbright e Fondos do Leonard J. Horwitz Endowment da Universidade de Massachusetts-Amherst, tive oportunidade de realizar pesquisa de campo em Belo Horizonte, Salvador, Florianópolis, e algumas outras cidades brasileiras, entre julho de 2013 e junho de 2014. Versões anteriores deste artigo foram apresentadas no NEPEM e nos Seminários Internacionais em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 24 de março 2014; no Seminário das Cinco, Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 26 de março 2014; e no Seminário “Desafios para a Pesquisa no Século 21: Lugares da Mulher na Política,” Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 14-15 de maio de 2014. Ganhei *insights* preciosos das minhas interlocutoras/es nesses seminários. Agradeço a tod@s que me concederam entrevistas e compartilharam documentos e às colegas que me acolheram durante o meu sabático no NEPEM-UFMG, especialmente Marlise Matos; no NEIM-UFBA, particularmente Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg, e, em Salvador, Claudia Pons Cardoso e Suzana Maia, entre fevereiro e junho de 2014. Várias estudantes de pós-graduação e recém-doutoras prestaram assistência imprescindível nessa etapa da pesquisa, especialmente Laura Martello e Ana Carolina Ogando na UFMG, Rebeca Sobral e Viviane Hermidia na UFBA, e Renata Reinaldo na UFSC. Fico grata também às colegas feministas da UFSC por terem me recebido mais uma vez, especialmente Joana Pedro, Cristina Wolff, e as jovens pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Ângela Araújo gentilmente me brindou a oportunidade de contribuir a esse dossiê. Por último, agradeço, como sempre, a Claudia de Lima Costa, incansável interlocutora, companheira de vida e editora minuciosa do meu português acadêmico.

lateralmente para abarcar diversas instancias organizativas da mesma, eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais.

Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. E em contextos históricos distintos, diversos atores, como por exemplo, setores da Igreja, as ONGs, ou até espaços dentro do próprio Estado, podem servir como nós articuladores desses campos.

Eles se articulam, formal e informalmente, através de redes político-comunicativas – ou melhor, teias ou malhas – reticuladas.⁵ Ou seja, as atoras/es que neles circulam se entrelaçam em malhas costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos (Doimo, 1995). E essas teias não só vinculam grupos estruturados e ONGs. Também interconectam indivíduos e agrupamentos menos formalizados, situados em diversos espaços na sociedade civil, na sociedade “não cívica”, que se manifesta politicamente nas ruas e no campo (que costumo chamar do “outro” da sociedade civil), na sociedade política, no Estado, nas instituições intergovernamentais, nos movimentos e redes de *advocacy* transnacionais, na academia, nas indústrias culturais, na mídia e na internet, e assim por diante.

Esses campos também se articulam *discursivamente* através de linguagens, sentidos, *visões de mundo* pelo menos parcialmente *compartilhadas*, mesmo que quase sempre

⁵ Sobre redes de movimentos sociais, ver Diani, 2003; Mische, 2008; Scherer-Warren, 1993, 2012.

disputadas, por uma espécie de *gramática política* que vincula as atoras/es que com eles se identificam. Nesse sentido, os campos feministas se constroem por meio de um *emaranhado de interlocuções*; as suas redes não são meras condutoras de processos culturais, são “culturalmente constituídas por interações comunicativas” (Mische, 2003). Eles conformam “comunidades discursivas envolvidas na enunciação de novos códigos culturais [e políticos] que disputam as representações dominantes” (Taylor e Whittier, 1995:181). Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo.

É importante frisar que as pessoas que se identificam com um determinado campo articulam e disputam as representações e os significados *para e entre si*, e não só os “enquadram estrategicamente” (através de “*framing processes*”), para transformá-los em “demandas” que possam ter maior “ressonância” como o “sistema político”, como alegaria a teoria de processo político sobre os movimentos sociais.⁶ Além disso, sustento que esses espaços discursivos, *em si mesmos*, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. Quer dizer, não são espaços pré-políticos nem para-políticos, como fica implícito na distinção comumente feita entre movimentos “sociais” e partidos, instituições ou processos representados como (realmente) “políticos”.

Em efeito, o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos *constitutivos* do campo feminista. Como é o caso em todas as formações políticas, os campos discursivos de ação movimentistas estão sempre minados por desigualdades e relações desiguais de poder.

⁶ Para uma revisão dessa vasta literatura, ver Tarrow, 2011.

Essas inequidades podem eventualmente ser alteradas, já que o campo feminista está permanentemente em fluxo. Isto é, os campos erguem-se, se estabilizam, reconfiguram-se, reconstroem-se, e periodicamente, se desconstroem e/ou desembocam em ou geram novos e distintos campos.

Os fluxos do campo feminista resultam das suas interações dinâmicas com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica. E tais contextos mais amplos, por sua vez, permitem, facilitam, ou até incentivam certas expressões, discursos, e práticas feministas, ao mesmo tempo em que sempre limitam, disciplinam, circunscrevem, reprimem ou até criminalizam outras.⁷ Contudo, as (re)configurações do campo feminista também são produto de mudanças nas alianças e disputas *internas* e das transformações nas coligações bem como das transformações nas coligações e conflitos com outros campos movimentistas – e constituem o principal foco deste ensaio.

Ofereço a seguir um breve esboço interpretativo – necessariamente esquemático e parcial – de alguns traços dos campos feministas brasileiro e latino-americano em três momentos da suas trajetórias, buscando ilustrar a alternativa epistêmica que proponho para olharmos, enxergarmos e re-teorizarmos “o movimento”.

Primeiro Momento: o centramento do campo e a configuração do “feminismo no singular”

O primeiro seria o momento fundacional da chamada “segunda onda”. Como tal, existe uma espécie de história oficial, um quase mito de origem, que caracteriza esse momento como aquele em que o feminismo, digamos assim, se pareceria mais com o que costumamos entender como um movimento social *de*

⁷ Em recente artigo publicado na *Revista Feminismos*, editada pelo NEIM, elaboro as maneiras em que três fases do neoliberalismo moldaram as potencialidades e os limites da ação feminista na região. Essas fases neoliberais coincidem, grosso modo, com os momentos nas trajetórias dos feminismos analisados aqui. Ver Alvarez, 2014b.

verdade. Segundo a história oficial, consagrada nas narrativas das veteranas ou “históricas” e as suas observadoras, eu incluída, as feministas fundadoras se mobilizavam, *se moviam, muito*. Estavam firmemente ancoradas no campo mais amplo da resistência e da oposição às ditaduras, inclusive muitas delas provinham da luta armada. O mito de origem também sustenta que as feministas daquele período, todas, se organizavam em coletivos autônomos, autossustentados em base de trabalho voluntário, e se manifestavam regularmente nas ruas pelo fim da subordinação da mulher, pelo fim da ditadura militar, pela anistia e os direitos humanos, pelo direito ao aborto, etc. E, a *autonomia* – então invocada, principalmente, em relação aos partidos e organizações revolucionárias de esquerda – virou uma espécie de “palavra mágica” lançada discursivamente para distinção entre feministas e “outras” mulheres ativistas (Schumacher e Vargas, 1993:450).

Demarcar um espaço político próprio representou um “difícilíssimo paradoxo”, como sugere Celi Pinto:

ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma como um sério desvio pequeno-burguês (Pinto, 2003:45).

E sem dúvida alguma, esse espaço viabilizou a tradução de questões tidas como privadas em assuntos políticos – eixo discursivo norteador dos feminismos desde esse primeiro momento em diante. Porém a representação “autonomista” do feminismo tende a apagar o fato de que, desde os seus primórdios nos anos 70, ele constitui um campo discursivo de ação heterogêneo, mesmo que relativamente reduzido em sua extensão horizontal e com uma articulação vertical – em direção ao Estado – nula evidentemente, dado o contexto ditatorial.

Naquele primeiro momento, os setores autônomos procuraram definir e delimitar o feminismo em relação ao que

poderíamos chamar seu *exterior constitutivo*, com o qual se contrastava: em relação à esquerda revolucionária que relegava a “questão da mulher” ao *status* de uma “contradição secundária”; às outras mulheres que militavam em partidos de esquerda, que as feministas autônomas rotulavam de “políticas” ou “militantes”, vistas como não feministas por, presumivelmente, priorizarem “a luta geral”; às centenas de organizações populares de mulheres, muitas vezes ligadas à Igreja, então proliferando pelo Brasil afora; e em relação e contraste à imagem distorcida pela mídia dos movimentos feministas no Norte/Ocidente tachados de “burgueses, imperialistas, que odiavam os homens” (Alvarez, 2000). Se bem poderíamos dizer que a dicotomia “luta geral-militância política” *versus* “luta específica-militância autônoma” figurava como um componente antagônico, porém central da gramática política compartilhada que articulava o incipiente campo feminista naquele primeiro momento, esses binômios também foram alvo de disputa contínua, conformando o que vou chamar de um *conflito constitutivo* desse campo nos anos 70 e 80.⁸

Essa luta interpretativa se articulou em diversas escalas – local, nacional, e já desde aquele primeiro momento do feminismo latino-americano, em escala transnacional, através dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe, que começaram a se realizar periodicamente a partir de 1981, por exemplo. Desde o início, os Encontros foram marcados por confrontos acirrados entre “feministas” e “políticas” e disputas homéricas sobre se as mulheres populares, negras, lésbicas, e outras “outras” podiam ou deviam ser consideradas “verdadeiras” feministas. Mas a dobradinha “luta específica-militância autônoma” ganhou clara hegemonia na disputa constitutiva do campo feminista naquele primeiro momento (Alvarez *et al.*, 2003; Wills, 2002).

Porém, muitas entre as “alterizadas”, as “outras do feminismo”, se apropriavam e autoidentificavam com elementos

⁸ A historiografia recente sobre esse primeiro momento do feminismo no Brasil lança uma luz nuançada sobre essa disputa, tratada de forma necessariamente esquemática aqui. Ver especialmente Pedro, 2008; Pedro e Wolff, 2010; Pedro, Wolff e Veiga, 2011; Rago, 2009.

do ideário feminista e portanto faziam parte do que aqui estou chamando de campo discursivo de ação. Mas muitas consideravam que a chamada luta específica – suposta divisora das águas entre o feminismo hegemônico e o seu exterior constitutivo – estava profundamente marcada pela classe social, a heteronormatividade, e uma branquidade “inominada” ou implícita que constituía um pano de fundo silenciado (Bento, 2002; Cardoso, 2012; Maia, 2012; Slovik, 2010; Pinho, 2009) por uma posição racial presumivelmente “neutra, não reconhecida, negada, expurgada do seu potencial político” (Piza, 2000:108, 118).

Isto é, apesar de essa hegemonia discursiva ter delimitado estreitamente o que e quem compunha “o” movimento feminista, o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo. Como insistiu uma das minhas entrevistadas – feminista de longa data autoidentificada como branca de classe média –, uma diversidade de mulheres já circulava nesse campo desde o primeiro momento e procurava alianças e coligações entre si:

pode ser que tenha alguns lugares [que sejam exceções], mas da minha experiência de Pernambuco, do que eu conheço do Brasil, desde o início é um movimento onde mulheres de classe média, estão junto com mulheres que são pobres, mulheres que são negras, mulheres lésbicas e sempre com uma generosidade e uma forma de querer que esse movimento abarque todas essas questões.⁹

Mesmo assim, muitas entre as “outras” do feminismo hegemônico logo também trilharam caminhos próprios. Já no final dos anos 70, por exemplo, algumas mulheres militantes articuladas no interior do movimento negro faziam as suas próprias reflexões sobre a subordinação da mulher, o feminismo, e a sua relação com o racismo:

⁹ Entrevista coletiva sobre feminismo e antirracismo com mulheres autodeclaradas brancas, Salvador, BA, 4 de junho de 2014.

o principal desafio para o movimento de mulheres negras nos 70 era estabelecer quais eram as questões essenciais para as mulheres negras, de um lado, e qual seria a melhor forma de desenvolvimento e aplicabilidade dos conceitos feministas, com fins a organizar o feminismo negro (Lemos, 1977 *apud* Santos, 2009:277).

Segundo Sônia Santos (2009:277), uma das “características marcantes” do feminismo negro incipiente

era sua contradição direta com o feminismo. Lélia Gonzalez chamava a atenção para o fato de que “as categorias utilizadas pelo feminismo neutralizavam tanto o problema da discriminação racial quanto do isolamento enfrentado pela comunidade negra na sociedade” (Gonzalez, 1982:100 *apud* Santos, 2009:277).

Tem um dado momento da relação com o feminismo, da luta com as feministas, que nós não tínhamos conflito, que nós estávamos construindo um movimento de mulheres em função de uma determinada opressão, que era opressão de gênero, mas nós mulheres negras tinha raça e gênero (entrevista coletiva com feministas negras, Salvador, BA, 10 de maio de 2014),

afirmou uma das militantes negras “históricas” recentemente entrevistadas na Bahia, “então nós éramos, na verdade violadas pelos homens negros e pela mulher branca”.¹⁰

Já no final dos 1970 e início dos 1980, surgiram organizações de mulheres negras no Brasil que se declararam “autônomas” do movimento feminista “branco” e também do movimento negro misto (que abarca homens e mulheres), se bem que para Jurema Werneck, uma proeminente militante do movimento de mulheres negras, “a organização das mulheres negras ‘não foi um racha em relação ao movimento negro, foi sim um salto de qualidade, por conta das necessidades sobre a

¹⁰ Entrevista coletiva com feministas negras, Salvador, BA, 10 de maio de 2014.

reflexão sobre a própria diversidade...” (Lemos, 1997 *apud* Santos, 2009:277). Muitas ativistas negras e outras mulheres militantes continuaram agindo nos movimentos mistos e na militância partidária, começaram a se apropriar e a culturalmente traduzir os discursos feministas, assim crescentemente ressignificando o chamado “específico”. A “especificidade” das mulheres negras (Ribeiro, 1995), por exemplo, desde logo foi enquadrada em termos de uma “tripla discriminação” por militantes negras que não se sentiam interpeladas pelo feminismo que nesse momento então se configura como hegemônico.

Segundo Momento: o descentramento e a pluralização dos feminismos e o *mainstreaming* do gênero

Se desde os primórdios da chamada segunda onda, “o” movimento feminista sempre foi de fato um campo plural¹¹ e só foi representado, e depois reificado na “história oficial”, como singular, não há de surpreender que o feminismo se diferencie, se pluralize e se “descentre” ainda mais quando o campo oposicionista no qual ele estava inserido também se reconfigura durante a dupla transição para a democracia representativa de “baixa intensidade” e para um modelo econômico neoliberal no final dos 80 e em toda a década de 90.

Esse seria o momento em que a história oficial do feminismo proclamaria que “o” movimento se “institucionalizou”. Em efeito, por um lado, parecia que o feminismo já não se “movia” muito; por outro lado, muitas atoras se reposicionaram para *além da sociedade civil*, adentrando nas mais variadas instituições masculinistas. Diagnósticos de que “o movimento” estaria desmobilizado, despolitizado, cooptado e até moribundo, quando não findo, abundavam nas fileiras feministas.

¹¹ Em vários artigos publicados no final dos 90, eu afirmei que o movimento feminista estava virando “um campo de ação” naquela época. Aqui estou revisando essa interpretação, colocando que o feminismo latino-americano já surgiu como um campo desde os seus primórdios nos 60-70.

Muitos discursos e práticas feministas – mesmo que quase sempre distorcidas, tergiversadas, e “descafeinadas” – começaram a se articular “verticalmente,” a circular mais amplamente nos partidos (agora eleitorais, não mais só os revolucionários), nos próprios governos, nas universidades, na cooperação internacional, até na ONU e no Banco Mundial. Isso é, o gênero – um dos discursos definidores do campo nesse segundo momento, como veremos a seguir – passou a ser, no linguajar da ONU, “*mainstreamed*”, ou “transversalizado”, pelas instituições políticas. E os coletivos feministas autônomos de antanho pareciam dar lugar a ONGs especializadas e profissionalizadas, incentivadas pela chamada “cooperação internacional”, que transformaram-se em verdadeiras “instituições do movimento” (Soares, 1998), mas que, segundo as suas detratoras, em alguns casos converteram-se em instituições a serviço do Estado e de organizações intergovernamentais.

Independentemente de se as ONGs são enxergadas como a coca-cola do deserto ou as servas ou até concubinas do patriarcado neoliberal global – ou uma combinação das três designações! –, elas indiscutivelmente figuraram como as atoras mais visíveis (e mais controversas) nos campos feministas brasileiro e latino-americano (e global) nos anos 1990. Com suas sedes permanentes, orçamentos expressivos, departamentos especializados, e pessoal remunerado, viraram o que poderíamos chamar verdadeiros “esteios”, nós articuladores por excelência, dos agora descentrados campos feministas. Produzindo e disseminando conhecimentos e discursos, além de executando os mais diversos projetos, as ONGs e suas redes ajudaram a entrelaçar as atoras feministas agora amplamente espalhadas pela fábrica social, articulando-as organizacional e discursivamente (Alvarez, 2009; 2014a).

Contudo, se algumas ONGs dentre as mais transnacionalizadas, profissionalizadas e especializadas conformaram um núcleo hegemônico do campo feminista naquele segundo momento, não foram as únicas atoras que contribuíram para a sua reconfiguração e descentramento. No Chile, então

considerado por muitas o feminismo mais “institucionalizado” e “ONGizado” da região latino-americana, por exemplo, surgiram mais de 30 coletivos organizados informal e horizontalmente justamente no pico da institucionalização nos anos 1990 (Ríos, Godoy e Guerrero, 2003). Mesmo que muitas vezes efêmeros e nem sempre politicamente visíveis, quando não propositalmente reprimidos no contexto neoliberal, coletivos e outras expressões feministas menos estruturadas, tanto “autônomas” – como os primeiros grupos *Riot Grrls* e agrupações feministas na cena anarco-punk (Marques, 2013; Zanetti e Souza, 2008), como auto-organizadas no interior dos movimentos da juventude, como o hip-hop e o estudantil, dos sindicatos, dos movimentos étnico-raciais, ou dos partidos –, como no caso dos feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais (Barbosa, 2013; Godinho, 1998; Magrini e Lago, 2013; Silva, 2008), continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana mesmo durante o auge da “ONGização”.¹²

No Brasil, outro ator fundamental no campo feminista nos anos 1980 e 1990, mas raramente reconhecido enquanto tal e situado claramente “para além da sociedade civil”, foi o Partido dos Trabalhadores e, com ele, os movimentos populares que então constituíam a sua base. Nas minhas entrevistas e observações de campo ficou nítido que as trajetórias políticas de muitas ativistas que se identificavam com o feminismo tinham sido

¹² Devo esclarecer que o uso original que faço do termo (Alvarez 1998, 1999) não foi concebido como um sinônimo ou uma abreviação para a proliferação de ONGs nos 90. A ONGização durante essa década não representou um simples aumento no número de organizações feministas mais formalmente estruturadas, com profissional pago e financiamento do governo, agências multilaterais e bilaterais e doadores estrangeiros. Em vez disso, a ONGização, a meu ver, implicou a promoção ativa e o sancionamento oficial pelo neoliberalismo nacional e global de determinados formatos e práticas organizativas entre organizações feministas e outros setores da sociedade civil. E foi a promoção, pelos Estados e instituições intergovernamentais, de práticas mais retoricamente contidas, politicamente colaborativas e tecnicamente proficientes que desencadeou o que eu tenho chamado de “Boom de ONGs” da década de 1990 na América Latina (Alvarez 2009, 2014a).

profundamente marcadas pela sua passagem por ou sua continuada participação em diversas tendências desse partido, da CUT e outros espaços sindicais; no MST e outros movimentos rurais; em diversos movimentos populares ligados à Igreja, a exemplo das minhas entrevistadas declaradamente feministas que faziam parte das Promotoras Legais Populares e diversos setores dos movimentos estudantis e de mulheres rurais e urbanos em várias regiões do Brasil (Borda, Faria e Godinho 1998; Macauley 2006). Algumas Comissões da Mulher, Assessorias, Coordenadorias, e outras agrupações feministas dentro das administrações do próprio partido, as suas administrações municipais e estaduais, e suas tendências (como no caso das mulheres da Democracia Socialista) formaram importantes nós articuladores e produtores e disseminadores de conhecimentos e discursos que impulsionaram a ampliação e pluralização do campo feminista. Assim estimularam, mesmo que as vezes inadvertidamente, a proliferação de feminismos “no plural” entre mulheres populares, sindicalistas, e militantes do movimento estudantil, por exemplo.¹³

No caso dos movimentos de mulheres negras, as malhas organizativas e os encontros regionais e nacionais do próprio movimento negro também serviram como foros cruciais para a disseminação e configuração dos feminismos negros (Cardoso, 2012; Rodrigues e Prado, 2010; Santos, 2009). E os processos de ativismo transnacional estimulados pelas várias conferências da ONU nos anos 1990 e início dos 2000 – especialmente Beijing e Durban, no caso específico dos feminismos negros – amplificaram ainda mais as teias político-comunicativas que constituíam o campo e conferiram maior visibilidade a feminismos cada vez mais plurais e diversos (Bairros 2002; Cameiro 2003; Oliveira e Sant’Anna 2002). Em efeito, a “diversidade” aparece entre os discursos mais proeminentes no campo feminista nos anos 1990, produto do fato

¹³ Entrevista coletiva como integrantes das Promotoras Populares de São Paulo, em 10 de outubro de 2009; entrevista coletiva com jovens ativistas da Marcha Mundial das Mulheres, São Paulo, em 18 de agosto 2010.

de que as “outras” do feminismo no primeiro momento decididamente viraram “outros feminismos” nesse segundo (Alvarez, 2000).

A autonomia reemerge entre vários discursos-chaves que então *faziam ponte e*, a sua vez, *constituíam fonte de disputa* entre as diversas expressões do feminismo, reordenando a sua gramática política e redefinindo as disputas e as relações de poder dentro do campo. Nesse caso, uma disputa particularmente estridente se deu em relação à participação feminista nos espaços nacionais e internacionais da política institucional, nos chamados mecanismos institucionais da mulher, e nas próprias ONGs. Apropriando-se de um termo que, como vimos acima, era tido como definidor do feminismo hegemônico no primeiro momento, uma “nova” corrente autodenominando-se “feministas autônomas” lançou uma crítica feroz contra as ativistas a quem elas, pejorativamente, etiquetavam de “institucionais” por terem, de forma ostensiva, “traído o feminismo” e “se vendido” às forças nefastas do “patriarcado neoliberal global” (Alvarez, 1999; 2009; Alvarez *et al.*, 2004).

Gênero, como autonomia, como sabemos, também serviu como um “*bridging discourse*” ou um discurso que “faz ponte” – “um portador multivalente de uma diversidade de projetos” de intervenção feminista (Mische, 1995:132). Além de fornecer uma gramática política compartilhada, mesmo que sempre disputada entre o leque de atoras diversas que se identificavam com o feminismo, os discursos de gênero facilitaram as *traduções feministas*, possibilitando maior fluência nos esforços das militantes no engajamento e interpretações das ideias e práticas feministas para atores/as situados no “exterior” do feminismo, em outros campos dominantes e subalternos.¹⁴

Gênero serviu particularmente bem para os esforços feministas de articular as suas agendas com as de outros atores políticos, com “o todo das visões de desenvolvimento,

¹⁴ Sobre a tradução política-cultural feminista, ver Alvarez *et al.*, 2014; Costa e Alvarez, 2009; Alvarez, 2009; Thayer 2010, 2014.

democratização, bem-estar social e direitos contidos nas políticas públicas” (Camurça, 1997:23). “O movimento feminista foi percebendo que é preciso ter propostas para melhorar a vida das mulheres”, propunham na época Nalu Faria e Miriam Nobre, e

isso significa lutar por um mundo melhor para todas e todos, sem perder a capacidade de responder às questões das mulheres. Nesse processo de reflexão foi produzido o conceito de gênero e, posteriormente, sua articulação com os conceitos de classe e raça-etnia (Faria e Nobre, 1997:29-30).

Se, como Sônia Corrêa mantinha em um texto circulado em 1997,

as relações sociais de gênero constituem uma cadeia de desigualdades que começa no nível micro (da família e da comunidade), atravessa os sistemas normativos e de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema legal, as políticas de Estado, os meios de comunicação), terminando por afetar os pressupostos a partir dos quais se definem as macro-políticas do desenvolvimento (Correa, 1997:8),

se o gênero, enfim, era ubíquo, perpassava todas as relações e espaços sociais e políticos, então era imperativo que as feministas também estivessem *em todo lugar*, e não só nos espaços “autônomos”.

Mas, como é sabido, uma das disputas fundamentais, primordialmente constitutivas do campo feminista nesse segundo momento, se deu justamente no terreno discursivo, movido e muitas vezes traiçoeiro do gênero. Isso porque a noção de gênero – despolitizada e tecnocratizada – também virou parte integral do receituário neoliberal de muitos governos latino-americanos e instituições intergovernamentais no pós-Consenso de Washington.

Durante as chamadas reformas neoliberais de segunda geração, um período que representou uma fase do neoliberalismo que alguns apelidaram de multicultural com “face humana” (Molyneux, 2006; Peck e Tickel, 2002) é marcado pelo que, seguindo a minha colega Evelina Dagnino, poderíamos chamar de uma

“confluência perversa” (Dagnino 2002; Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006), no nosso caso, de gênero. Essa “perversidade” surge da confluência entre as conquistas reais, que levaram à incorporação de elementos seletos da agenda feminista latino-americana por alguns partidos, governos, e instituições intergovernamentais na América Latina, por um lado, e, por outro, o lugar cada vez mais conspícuo que “gênero” ocupou na chamada “Nova Agenda Anti-Pobreza” (New Poverty Agenda) promovida durante essa segunda fase do neoliberalismo global.

A Agenda Neoliberal Anti-Pobreza, como sabemos, considerava que uma abordagem tecnocrática “com perspectiva de gênero” seria crucial para aumentar o “capital social” das mulheres, em particular das mulheres pobres e racializadas. E esse capital social feminino, por sua vez, passou a ser visto como essencial para integrar às mulheres a um “desenvolvimento de mercado” mais eficaz e eficiente (palavras chaves do neoliberalismo nessa fase), inspirando políticas focadas para os grupos ditos “vulneráveis”. E é precisamente nessa conjuntura que o neoliberalismo passa a vestir uma cara (ou melhor, máscara) mais “humana,” multicultural e participativa, conclamando às “associações da sociedade civil” – incluindo algumas organizações feministas profissionalizadas – a serem “parceiras” no desenvolvimento e na governança. Na sua condição de “especialistas em gênero” (ou “generólogas”... ver Costa, 1998; Costa e Sardenberg, 1994), algumas acadêmicas e ONGs feministas passaram a administrar projetos direcionados às mulheres pobres e/ou de grupos raciais subalternizados (Alvarez, 2014a).

No Brasil, como em muitos outros países da região latino-americana, podemos dizer que esses setores mais “ONGizados” do feminismo se consolidaram e tornaram-se dominantes, quando não hegemônicos, dentro do campo feminista – ganhando acesso privilegiado ao microfone público e a muitos recursos econômicos e culturais, e assim exacerbando desigualdades já inscritas no campo do feminismo e gerando algumas novas. As inequidades nas relações de poder, sempre presentes em qualquer formação política, a partir dali ficaram explícitas e mais agudas: uma

feminista negra de longa data insistiu, por exemplo, que o “rompimento” com as feministas brancas se intensificou nesse segundo momento, “na hora da disputa dos espaços de poder, porque até então, nós não tínhamos nem percepção que a ação daquela militância gerava um espaço de poder”.¹⁵

Terceiro Momento: o *sidestreaming* dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas

As atoras e os setores do campo feminista que continuaram levantando críticas cada vez mais contundentes ao que no Chile veio se chamar “el modelito” perderam visibilidade política durante o auge do neoliberalismo. As suas práticas e discursos ficaram cada vez mais circunscritos e deslegitimados, notoriamente pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, como “neobobismos”. “Nos anos 90, houve uma tendência homogeneizadora (dentro do contexto do neoliberalismo, democratização/modernização do Estado) que obscurece os setores que tinham outra visão” insiste Nalú Faria (2006:12), proeminente liderança identificada com o setor “anticapitalista” do campo feminista brasileiro e regional. A absorção do gênero pela Nova Agenda Anti-Pobreza neoliberal, junto com a ONGização e a transnacionalização do *advocacy* feminista que prevaleceram no segundo momento, porém, exacerbaram conflitos e tornaram mais agudas as desigualdades pré-existentes, gerando novos paradoxos que propulsaram mudanças no campo feminista da região.

Como sabemos, as/os silenciadas/os e marginalizadas/os pelo neoliberalismo se rebelaram e ganharam maior destaque político a partir do final dos 1990 em toda a região latino-americana, elaborando um ataque cada vez mais vociferante, expressivo e contundente aos neoliberalismos global, regional, e nacional. Essa crítica novamente se lançou às ruas e conquistou, ou pelo menos hegemonizou, algumas instituições políticas com a ascensão da chamada “maré rosa” na América Latina, a partir da

¹⁵ Entrevista coletiva com feministas negras, Salvador, BA, 10 de maio 2014.

eleição de Hugo Chávez, em 1998. Abrangeu crescentes setores da sociedade civil e da sociedade política, mas especialmente agregou muitas atoras e atores da “sociedade não cívica,” que chamo do “outro” da sociedade civil neoliberal.

No começo da década passada, esse “outro” teve algumas de suas expressões mais concretas nas manifestações altermundistas e no Fórum Social Mundial (Alvarez, Faria e Nobre 2003; Conway 2013; Corrêa 2003; Juris 2008; Sen et al. 2004), demarcando o início do que estou chamando de um terceiro momento na trajetória do campo feminista latino-americano contemporâneo. No Brasil essa complexa formação política que é o feminismo atual continua se movendo e se remodelando em interação dinâmica com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e suas “sequelas” mais radicais, anticapitalistas, anti-Copa Mundial do 2014 e, recentemente, anti-olimpíadas. Esses outros campos discursivos paralelos, por sua vez, se articularam com os feminismos através de um “retorno às ruas” liderado por mulheres e homens atuantes nos movimentos autonomistas, anarquistas, neo-leninistas e trotskystas (de todas as colorações imagináveis), os quais têm múltiplos pontos de interseção e influência mútua, – mas uma relação nem sempre tranquila – com diversos setores do campo feminista atual, especialmente com os mais variados setores do chamado “feminismo jovem”.

Durante a minha mais recente incursão no campo (no sentido antropológico) dos feminismos no Brasil, entre julho de 2013 e junho de 2014, procurei empreender conversas “intergeracionais” com dezenas de ativistas feministas que militam nos multifacetados movimentos de protesto atuais, entre eles a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte; o Movimento Passe Livre de São Paulo, e a sua encarnação mineira, o Tarifa Zero; na juventude da CUT; no Levante Popular da Juventude; nas várias tendências do movimento estudantil, quase sempre ligadas a diversas tendências de esquerda: nos grupos “auto-organizados” da Marcha Mundial das Mulheres dentro desses movimentos e nos sindicatos e no campo; nas Marchas das Vadias de Florianópolis, Rio, BH, e Bahia; nos partidos neovanguardistas,

leninistas e trotskistas à esquerda do PT; nas distintas agrupações de feministas atuantes nas “cenas” anarquista, punk, skate, funk, hip-hop, e rock, incluindo as jovens negras e lésbica-*queer*-trans presentes em todos esses “rolês”, e outras tantas no amplo leque de feministas “autônomas” que se identificam com o “faça você mesmo” e o horizontalismo dos anarco-autonomistas que prevalecem nos movimentos/protestos/levantes globais dos 2010s.

Óbvio que não posso fazer nem mínima justiça aqui ao riquíssimo aprendizado que para mim representaram esses diálogos, e ainda não finalizei a sistematização de todos os dados colhidos. Os exemplos acima nomeados desses “mais novos feminismos”, porém, já evidenciam a imensidão do “sub-campo”, ou, talvez como sugerirei na conclusão deste artigo, dos novos campos que eles, junto com as mulheres negras e outros setores que analiso brevemente a seguir, representam hoje em dia. De forma muito preliminar, quero apenas destacar aqui algumas das maneiras em que essas ativistas – a maioria das quais só começou a circular no campo após a virada desse século e cujas múltiplas especificidades e diferenças são apagadas pelo termo homogeneizante “feministas jovens” – estão efetuando mudanças no campo feminista e se inter-relacionando cada vez mais com amplos setores da sociedade, especialmente a “não cívica”.

Devo frisar que várias dentre as minhas entrevistadas mais moças sustentaram que a autoidentidade como “feminista jovem” era mais comum entre as que circulavam no circuito ONGs-ONU-Cooperação Internacional-Estado e nos meios partidários, sindicais, e estudantis, os quais as demarcam institucional e discursivamente enquanto tal. Muitas outras com quem conversei simplesmente se reconheciam como feministas e *ponto*, ou com adjetivos como “anarcas” ou anticapitalistas ou negras ou *queer*, mas não primordialmente como “jovens”.

Quase todas com que dialoguei declararam que querem construir um “movimento feminista que vai novamente às ruas” (Name e Zanetti, 2013:15), e muitas entendem o feminismo por uma ótica deveras irreverente: querem “*fazer o feminismo ser uma*

ameaça de novo, fazer o feminismo ser uma ameaça real".¹⁶ Para uma das militantes da Coletiva Vadias do Desterro, de Florianópolis, branca, lésbica/*queer*, vinculada à cena anarcapunk e também doutoranda e pesquisadora no Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, por exemplo,

O meu feminismo é um feminismo interseccional, anticapitalista, antirracista, um feminismo do faça você mesma, um feminismo de criar seus espaços, de acreditar que por mais que na academia a gente critique o empoderamento e a questão do poder, que é importante que as mulheres se empoderem, que não é salvacionista, porque não sou testemunha do feminismo para ir lá na porta de cada uma e bater e levar a palavra do feminismo, ser testemunha de Jeová do feminismo, mas de pensar como o feminismo é capaz de alterar as nossas vidas num ponto tão, tão subjetivo que faz a gente ser mais forte. Feminismo é antes de tudo uma escolha pessoal. Uma escolha que me tornou uma pessoa mais forte para lidar com a existência humana, e dialogar com outros espaços, com os quais antes, quando discutia outras coisas, eu não tinha ciência de me fazer ter empatia por outras coisas. É um feminismo que visa alteração da sociedade, mas não é pela via institucional que isso vai acontecer, dentro do meu ponto de vista. Não é com dinheiro da Fundação Ford que isso vai acontecer. Apesar que eu adoraria estar recebendo meu cheque, ser bolsista tal, mas não estou recebendo.¹⁷

Salientando essas últimas palavras, vale a pena frisar que é cada vez mais reduzido o número de ativistas e organizações feministas no Brasil e algumas outras partes de América Latina, dentro ou fora da academia, que “recebem bolsa” da cooperação internacional, desde que esta última se deslocou

¹⁶ Grifo meu. Entrevista coletiva com integrantes da Coletiva Vadias do Desterro, 13 novembro 2013.

¹⁷ Ibid. A essa última parte eu respondi, “Eu trabalhei três anos na Fundação Ford em meados dos 90”; e ela falou, sem muita ironia, mas sorrindo, “Pois é, eu sei”.

para outras partes do “Sul Global” em consequência do tão celebrado (e talvez efêmero) crescimento econômico latino-americano da década dos 2000.

Além desse desincentivo material aos formatos mais “institucionalizados” típicos do momento anterior, há entre muitas inclusive entre algumas das “mais velhas” chamadas de “adultas” por aquelas que se autodefinem como “jovens feministas” –, um crescente reconhecimento de que

o feminismo se institucionalizou até por uma necessidade naquele momento de criar políticas públicas... Mas o foco único na política institucional, na criação de políticas públicas para mulheres, não resolve o problema... Que não resolve o problema da sociedade ser uma sociedade criada por uma lógica machista e patriarcal. É uma construção cultural muito forte, inclusive dentro dos movimentos que se dizem anarquistas, inclusive dentro do movimento anarquista punk, que é da onde eu venho, que é uma coisa muito forte.¹⁸

Para outra militante engajada nos recentes “levantes” ou movimentos de protesto e ligada à chamada “esquerda festiva” em Belo Horizonte, ser feminista

não é só fazer uma discussão de opressão da mulher, mas fazer uma discussão de gênero propriamente, de desconstruir binarismos, de trazer discussão LGBT também, porque tem muitos movimentos feministas que não olham para essas outras pautas.¹⁹

¹⁸ Entrevista coletiva com integrantes da Coletiva Vadias do Desterro, 13 novembro 2013.

¹⁹ Entrevista coletiva, em 19 de fevereiro de 2014, com militantes de vários setores feministas de Belo Horizonte engajadas na organização do “Suspirin Feminista Anti-Fest”, realizado em abril de 2014. Sobre o “anti-fest”, inspirado no Festival Vulva La Vida (<http://festivalvulvalavida.wordpress.com/>), analisado em Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013), consultar <<http://suspirinfeminista.hotglue.me/>>. Também entrevistei algumas das fundadoras e participantes do Vulva La Vida e outras jovens militantes de várias

De fato, para várias das minhas entrevistadas dessa geração política, o feminismo tem que ser “contra todas as opressões que existem na sociedade, todas mesmo. Eu acho que o feminismo tem a possibilidade teórica inclusive de trazer muitas reflexões para muita coisa na sociedade”.²⁰ “Sapatão contra toda opressão”, proclamava uma das bandeiras da 10ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte, realizada em agosto de 2014.

Em uma afirmação enfática e bastante representativa de muitas dessas mais novas ativistas com quem conversei, uma carioca de 28 anos, autoidentificada como “não negra”, insistiu que,

ser feminista é ser antirracista também, uma coisa não tem como estar descolada da outra, essa era uma pauta só. Não era uma pauta do feminismo, era uma pauta só... para mim isso já foi uma coisa incorporada quando eu cheguei no feminismo, há 13 anos atrás.²¹

Em efeito, pareceria que o racismo e a desigualdade em geral, e não mais só a “diversidade” – prevalente nos 1990 e que virou nada mais que uma platitude retórica –, hoje constituiriam um discurso articulador.

Isso significa reconhecer o quanto o racismo, nas suas expressões mais impostoras, é constitutivo da nossa prática política, sem o que será impossível rejeitar, com a radicalidade democrática que se exige, os velhos esquemas hegemônicos e hegemonzantes, excludentes de identidades coletivas (Oliveira e Sant’Anna, 2002:205).

identificações raciais e setores políticos como o veganismo, transfeminismos, hip hop, reggae e capoeira, em Salvador, Bahia, em 11 de maio de 2014.

²⁰ Entrevista Coletiva Vadias do Desterro, em 13 de novembro de 2013.

²¹ Entrevista coletiva sobre feminismos e antirracismo com feministas autoidentificadas como brancas, realizada no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 2011. As diferenças intergeracionais em relação ao reconhecimento do racismo e, especialmente, do privilégio das mulheres brancas foram notáveis, mesmo que não uniformes, nessa e em outras entrevistas realizadas sobre esse tema.

A “autonomia” também figura de novo como um discurso definidor, que “faz ponte”, agora com ainda outros significados nuançados:

uma autonomia que é subjetiva, uma autonomia do corpo e é uma autonomia de instituições, uma autonomia de alguns lugares, que às vezes podem ser cerceadores de uma criatividade de luta, e é por isso que eu pessoalmente gosto dessas atuações feministas que são mais ação direta, que são mais horizontais²²,

o que motiva muitas delas a tentar se articular com os movimentos/protestos/levantes tão expressivos no atual cenário político nacional, regional e internacional, e disputar esses espaços.

A inserção nesses movimentos tem gerado inúmeros paradoxos para as ativistas feministas de hoje em dia; seja qual for a sua idade, raça, sexualidade, identificação partidária, movimentista, etc. Tais contradições, para aquelas com consciência histórica, se assemelham demais às relatadas pelas suas contrapartes – também majoritariamente jovens na época – do primeiro momento do campo feminista: “parece coisa dos anos 70”.

Mesmo apontando a presença significativa de “focos feministas” nos movimentos de protesto, a resistência “dos caras” ao feminismo, especialmente daqueles “com um discurso bonito” que dizem ter “lido Butler, Anzaldúa e Emma Goldman e, ainda por cima, te recomendam a leitura”, como uma entrevistada contou indignada, é um tema bastante generalizado em

todos esses espaços... de tribos e de movimentos e tal,... o questionamento do ponto de vista de gênero, da postura política, não existe; então é só “apoiamos, apoiamos” porque é bacana, dá uma imagem de igualdade, tal, mas é retórica, infelizmente é retórica.²³

²² Entrevista Coletiva Vadias do Desterro, em 13 de novembro de 2013.

²³ Entrevista coletiva Vadias do Desterro.

As questões feministas “só se politizam na marra”, as entrevistadas me contaram com frequência, geralmente em consequência do enfrentamento direto com o assédio ou outras violências sexuais, como no caso do ocorrido na ocupação da Câmara Municipal de BH, em junho 2013, visto como “um caso muito emblemático porque aconteceu um estupro e aí foi quando começou toda a discussão de gênero lá dentro”.²⁴ Outra jovem ativista, negra, bissexual, também atuante nos movimentos autonomistas de hoje, ecoou:

Conversando com as meninas em várias reuniões, pessoas ligadas a partidos, a sindicatos, tal, isso está presente em vários grupos. Tanto nos partidos, como em sindicatos e outros grupos. Por exemplo, eu já participei de movimento de cultura negra, que aconteceu também isso, mas que acaba sendo discutido internamente, o que eu acho bastante sintomático também, e não é externalizado, e a maioria das vezes é invisibilizado, justamente para não sujar o nome do grupo.²⁵

Comprovando seu papel como discurso articulador do campo, mesmo quando ele cristaliza divergências, ainda outra “tradução” do que poderíamos chamar uma autonomia engajada, a “auto-organização das mulheres” é adotada por jovens feministas integrantes da Marcha Mundial das Mulheres. Organização surgida no final dos anos 1990, reconhecidamente vinculada à Democracia Socialista no interior do PT, e coordenada pela SOF, Sempre Viva Organização Feminista, a Marcha hoje tem expressiva presença nos movimentos populares, sindicais, estudantis, e do campo pelo Brasil afora e em muitos outros lugares na região latino-americana e no mundo. Para elas, a “auto-organização” é entendida como

²⁴ Entrevista coletiva Suspirin Anti-Fest.

²⁵ *Ibidem*.

um instrumento nosso pra construir o sujeito político do feminismo. Não é necessariamente um movimento autônomo de mulheres porque no nosso caso, por exemplo, era auto-organização dentro do movimento estudantil. Então você organizar dentro do movimento estudantil o sujeito político do feminismo... A gente considera importante fazer o recorte do feminismo dentro do movimento estudantil, dentro do movimento partidário, dentro dos outros movimentos do qual as mulheres da Marcha fazem parte... levar nossas pautas pra dentro das outras, porque uma vez que a gente faz a luta com os companheiros, a “luta geral”, juntos e juntas, quer dizer, a nossa “luta específica”, o aborto, a violência, tal, também tem que ser assumida por eles.²⁶ (aspas no original)

A estratégia de promover “núcleos” auto-organizados no interior de outros movimentos e sindicatos tem sido bem sucedida, atraindo milhares de ativistas às fileiras da Marcha no Brasil e, por sua vez, divulgando práticas e discursos feministas nesses campos movimentistas paralelos.²⁷ Esse sucesso em “*sidestreaming*” do feminismo foi possível devido ao árduo trabalho, invisibilizado pelo neoliberalismo, da SOF e de outros setores feministas que

focaram as suas energias em espalhar uma perspectiva socialista-feminista para outros campos de movimento... uma estratégia intencionalmente adotada... por muitos anos, antes do seu envolvimento com a Marcha e o Fórum Social Mundial

que, desde os 1990, vêm se articulando com mulheres da Central dos Movimentos Populares, da CUT e a CONTAG, além do Movimento Sem Terra e a Via Campesina (Lebon, 2014).

²⁶ Entrevista coletiva com jovens atuantes na Marcha Mundial das Mulheres, a maioria também vinculada a movimentos estudantis e tendências da esquerda do PT, em São Paulo, no dia 18 de agosto de 2010.

²⁷ Segundo Nathalie Lebon (2014), desde 2000, a Marcha tem se transformado em uma rede de mais de 5000 grupos em 164 nações do mundo.

Na “cena feminista” anarco-autonomista, porém, as ativistas da Marcha Mundial, entre outras ativistas que militam em organizações da “esquerda organizada”, são consideradas “mulheres de partido”. Mas há hoje um claro reconhecimento de que elas “são feministas”, mesmo existindo discordâncias políticas. Diversas agrupações de mulheres, muitas delas jovens, ligadas a partidos à esquerda do PT, como o Movimento Mulheres em Luta do PSTU – com diferentes graus de “autenticidade” – hoje também circulam no campo feminista brasileiro.

As chamadas “feministas jovens”, então, são de fato atoras extremadamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo. Se o segundo momento desse campo foi marcado pela pluralização, como vimos acima, expressões feministas que se desenvolveram *para além* das intersecções ganham cada vez maior visibilidade nos interstícios dos feminismos descentrados dos anos 1990. Contudo, hoje vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder; também testemunhamos processos de *descentramento no interior desses feminismos plurais*.

Além do universo complexo e diferenciado do “feminismo jovem”, o movimento de mulheres negras seria outro exemplo quintessencial seria que, ao se entrecruza cada vez mais com outros feminismos em diversos pontos e momentos, hoje talvez se constitui, *em si mesmo*, em um campo discursivo de ação, extenso e diverso, ele próprio composto por várias vertentes, vários “*sidestreams*” – como sugere a Ministra e militante feminista negra de longa data, Luiza Bairros, em uma entrevista concedida a mim no final de 2011 (Alvarez e Bairros, 2012). Entre essas vertentes encontramos as domésticas, as quilombolas, as lésbicas, as mulheres de comunidades tradicionais de matriz africana, e as jovens/hip-hopeiras/grafiteiras/b-girls/capoeiristas,²⁸

²⁸ Entrevista coletiva com “feministas jovens” de diversas identidades raciais, sexuais, e de gênero e de vários desses setores do campo feminista baiano, em Salvador, BA, em 13 de maio de 2014.

entre outras. Hoje, no interior de cada uma dessas vertentes, há mulheres, e alguns homens e pessoas trans, que se proclamam feministas negras.

Vale observar que a “Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver” representa um dos processos recentes a propor uma “metodologia inovadora [que] é o reconhecimento dessa diversidade”.²⁹ O “bem viver” no nome da Marcha evoca o discurso descolonial, bastante expressivo nos campos feministas em outras partes da América Latina, mas que também ganha adeptas entre algumas teóricas e ativistas negras e indígenas no Brasil (ver Costa, 2014).

Segundo Valdecir Nascimento, reconhecida liderança feminista e articuladora da Marcha de 2015, a pluralidade no interior dos movimentos de mulheres negras deixa claro que “elas não querem as mesmas coisas, e elas não são iguais”. “Agora, são todas grandes lideranças”, continua, “A estratégia é você estabelecer um diálogo horizontal e você falar das expertises de cada uma e trazer cada uma para a cena em cada momento” [para ir] “consolidando um pouco as alianças na nossa própria diversidade”.³⁰ Esse processo de pluralização talvez seja ilustrativo de como um determinado campo pode desembocar em novos e distintos campos discursivos de ação:

Tem mulheres que nunca foram no encontro do feminismo hegemônico, e elas estão aqui e elas são lideranças e elas vão construir a Marcha. Isso para mim é impressionante, porque você vê que quando aquela mulher fala, ela não carrega nenhum jargão, nenhuma palavra de ordem do velho vocabulário... desse vocabulário hegemônico elas

²⁹ A Marcha será realizada em 13 de maio do próximo ano, no Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, em Brasília.

³⁰ Entrevista coletiva com feministas negras, Salvador, BA, 11 de maio de 2014. Para informações sobre a Marcha, ver <<http://2015marchamulheresnegras.com.br/>>.

não carregam, não é um conflito para ela a existência dessas outras feministas.³¹

Mesmo que haja maior visibilidade das negras, das “jovens” e das mulheres dos setores populares e/ou anticapitalistas marginalizadas durante o auge do neoliberalismo, a hegemonia do campo hoje é indeterminada ou, no máximo, disputada. Com o crescente “*sidestreaming*” das ideias e práticas feministas, presenciamos, por um lado, uma *multiplicação de feminismos populares* na cidade e no campo, como exemplificado no caso Marcha das Margaridas, que agrega milhares de mulheres em um processo mobilizador de abrangência nacional (Silva, 2008; Porto Aguiar, 2011). Por outro lado, as Vadias, a cena “anarca”, a “galera do hip hop”, as Blogueiras Feministas, as Blogueiras Negras, as “minas do rock” e tantas outras expressões político-culturais lúdicas sinalizam uma *popularização do feminismo* (Ferreira 2013; Golfarb, Minella e Lago, 2013).³²

Mesmo se as ONGs e redes ou articulações feministas, com demonstrada base popular (como a SOF, a Marcha Mundial; SOS Corpo, a Articulação de Mulheres Brasileiras), hoje têm maior acesso ao microfone público, continuam firmes algumas ONGs de “*advocacy*” especializadas, articuladas em redes nacionais e internacionais. Da mesma maneira, os núcleos, institutos e programas de estudos feministas/de gênero nas universidades estão hoje muito mais consolidados que em décadas atrás e têm sido vitais para a popularização dos feminismos entre estudantes.³³

³¹ Entrevista coletiva com feministas negras, Salvador, BA, 11 de maio de 2014. Para informações sobre a Marcha, ver <<http://2015marchamulheresnegras.com.br/>>.

³² Devo essa formulação sobre a simultaneidade da multiplicação dos feminismos populares e a popularização dos feminismos à Marlise Matos e às/aos estudantes do curso sobre “Feminismos Latino-americanos”, que participaram em uma oficina/seminário sobre essa pesquisa na UFMG no 14 de março de 2014.

³³ Presenciei isso claramente nas aulas de pós-graduação que ministrei no NEIM, na UFBA, e no NEPEM, junto a Marlise Matos, na UFMG, e em minha participação em vários Fazendo Gêneros, eventos do IEG, e no Laboratório de Estudos de Gênero e História, na UFSC.

Outro setor que marca maior presença pública no campo feminista a partir dos anos 2000 é o próprio Estado que, através do “feminismo estatal participativo” (Matos, 2010; Matos e Paradis, 2013; Sardenberg e Costa, 2010), instanciado principalmente nos processos organizativos das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres realizadas em 2004, 2007, e 2011, vem promovendo uma espécie de “*sidestreaming via mainstreaming*”, de fluxos horizontais do feminismo em consequência da transversalidade vertical do gênero.³⁴ Esses processos estão talvez entre os principais pontos articuladores do campo brasileiro hoje em dia, juntando um leque amplíssimo de expressões organizadas de mulheres, no interior do qual as feministas atuantes nos variados espaços reunidas pelas conferências precisam se articular para marcar presença e tentar estabelecer hegemonia.

Há também outras teias e discursos articuladores que caracterizam o atual momento. Debates sobre as corporalidades, sexualidades, e identidades de gênero também têm sido particularmente marcantes, como, por exemplo, o transfeminismo, o transgênero, o pós-gênero, o *queer*, e outros debates trazidos pelas trabalhadoras do sexo, mulheres trans, lésbicas, e bissexuais. Outros setores, como as Marchas das Vaidas, contribuem para as discussões ao impelirem o campo feminista *para além dos binarismos de gênero*, muito além dos essencialismos corporais – mesmo diante contínuas resistência.³⁵ Esses discursos fundamentalmente implodem não só a categoria “mulher”, mas a própria noção do feminismo, de quem seriam os seus sujeitos privilegiados e sua visão de mundo compartilhada – elementos centrais na constituição de campos discursivos de ação, incluindo tanto o universo trans quanto os movimentos de mulheres negras.

³⁴ Abers e Tatagiba (2014) oferecem uma contundente e inovadora análise sobre as relações entre feministas atuantes no Estado, engajadas no que elas chamam de “*institutional activism*”, e outras ativistas feministas que militam no “movimento”.

³⁵ Para um excelente exemplo dos debates transfeministas, ver Coacci, 2014; ver também Amaral, Toneli e Filgueiras, 2014; e Barbosa, B. 2013. Sobre trabalhadoras do sexo, ver Barreto et al., 2013; Simões, 2010.

Se a internet já era importante no campo feminista latino-americano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados. A própria predominância da modalidade “Marcha”, como evidenciada nas acepções da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha das Margaridas, e muitas outras não mencionadas aqui, como a Marcha do Orgulho LGBT, reflete precisamente o predomínio desses meios massivos de comunicação e interação, estimulando o que Juris (2012:260-61) tem chamado uma “lógica de agregação”, evidente também nos processos de protesto globais como Occupy e os Indignados, “que envolve a aglomeração de massas de indivíduos de diversas origens em espaços físicos” e manifestações eventuais.³⁶

A modo de conclusão

O momento atual de mobilizações, protestos e manifestações “não cívicas”, não institucionalizadas e mais fluidas, e de feminismos cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si, pede uma reavaliação metodológica de como apreender, elucidar e interrogar “os movimentos”. Uma conclusão básica seria indagar além dos chamados “*ebbs and flows*” ou “fluxos e refluxos” dos movimentos, típicos das análises sociológicas. Os campos discursivos de ação são elementos *permanentes* das formações políticas na modernidade tardia/descolonial.

Para entendermos as mudanças contínuas, mesmo que nem sempre perceptíveis para observadoras/es situados no seu exterior (constitutivo), precisamos de uma unidade de análise diferente. Em vez (ou além) de estudar, por exemplo, os movimentos sociais e a sua relação/interação com o Estado ou a sociedade política,

³⁶ Sobre o que estou chamando de “modalidade Marcha”, ver também Scherer-Warren, 2014.

deveríamos averiguar se há atores ou vetores atuantes em um determinado campo movimentista que se articulam verticalmente no interior do Estado ou dos partidos em um dado contexto histórico e o que isso significa para o campo como um todo.

A abordagem epistemológica elaborada acima, por sua vez, nos levaria a rever os nossos diagnósticos políticos sobre o estado “do movimento”, talvez alterando o nosso entendimento das “aliadas/os”, por exemplo, que, em alguns casos deveriam ser vistas/os como integrantes ou, às vezes, até articuladoras/es do mesmo campo discursivo de ação. Isso não significaria que a relação com elas/eles não seria conflitiva, apenas que seria importante agir politicamente a partir de um reconhecimento de que operamos em um universo discursivo parcialmente compartilhado.

Para efeitos de pesquisa, os diferentes elementos, componentes e dimensões dos campos discursivos de ação poderiam ser analisados isoladamente – sempre quando situados no campo correspondente. Na rápida análise que fiz dos três momentos dos feminismos brasileiros e latino-americanos, podemos discernir alguns dos elementos que conformam um campo discursivo de ação: 1) atoras/es mais ou menos visíveis, hegemônicos, marginalizados; 2) malhas/teias/redes articuladoras; 3) pontos nodais; 4) dimensões verticais, horizontais, e talvez densidade; 5) discursos definidores; 6) lutas interpretativas/conflitos constitutivos; e 7) paradoxos transformadores.

Com isso, não quero dizer que os campos discursivos de ação sejam bolhas autocontidas.³⁷ Seus parâmetros e fronteiras, ou limites, são fluidos e formam parte das disputas políticas que os constituem e os reconfiguram. A questão de como identificarmos e delimitarmos um determinado campo vai ser sempre uma questão empírica e política.

³⁷ Agradeço esse ponto de esclarecimento a Priscila Carvalho, que o sugeriu durante o seminário de pesquisa que realizamos em 14 de março de 2014, no NEPEM-UFMG.

Nesse sentido, uma dimensão crucial seria indagarmos sobre quando atoras/es atuantes em um dado campo traduzem os seus discursos articuladores e começam a enunciar outros universos de significados, outras visões de mundo, e assim, talvez, configurar outros campos discursivos de ação. Sugerir este ser o caso dos atuais movimentos de mulheres negras no Brasil, como certamente o é também o dos movimentos de mulheres indígenas em toda a região latino-americana.³⁸ Ter visões de mundo distintas implica não só em diferenças culturais ou distintas perspectivas sobre um mesmo mundo (quer dizer, diferentes epistemologias), mas também em diferenças ontológicas, percebidas *a partir de outros mundos*, como sugerem algumas teóricas/os de colônias (de la Cadena 2010; Escobar 2010). A insistência na raça e no racismo como eixos norteadores de ação, no caso do campo do movimento de mulheres negras, ou da própria definição do que seria “ser mulher”, no caso do campo *trans/queer*, como aludi acima, apontam para a crescente possibilidade de “equivocação” política, além de conceitual, como sustenta Claudia de Lima Costa:

a noção de equivocação, termo proveniente do perspectivismo ameríndio e articulado teoricamente por Castro (2004), é invocada para significar não apenas engano, equívoco, mas incapacidade de compreender que há diferentes compreensões de diferentes mundos. Por exemplo, classe, raça e etnia são categorias que pertencem à divisão colonial natureza/cultura. Porém, quando empregadas pelos povos indígenas, elas não necessariamente correspondem aos significados que lhes temos dado ao longo da história. Elas são, em outras palavras, equivocações ou categorias equívocas: embora pareçam ser a mesma coisa, ter o mesmo significado, de fato não o são quando utilizadas pelos indígenas andinos. Para o reconhecimento da existência de mundos

³⁸ Sobre feminismos *indígenas* na região, cujo tratamento adequado excede os parâmetros da atual pesquisa, ver Gargallo, 2014; Hernández Castillo, 2010; Richards, 2004; Rousseau, 2011; Speed, 2006.

heterogêneos e de categorias equívocas, e a possibilidade de articular conexões parciais entre eles, há a necessidade do trabalho da tradução. Equivocação (no sentido de má interpretação, erro), em outras palavras, implica desde já a tradução: é a partir de traduções politicamente motivadas e infiéis que podemos interconectar a pluralidade de mundos sem torná-los comensuráveis (Costa 2014:271).

Quero concluir observando que nesse momento histórico em que se vislumbram novos campos discursivos de ação, contagiados por e intersectados com feminismos cada vez mais heterogêneos entre e em si mesmos, preocuparmos com a política de tradução feminista é uma necessidade urgente e imprescindível.

Referências bibliográficas

- ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. *Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy*, 2014. (mimeo)
- ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através de fronteira Estado e sociedade. *Sociologias* n° 13 (28), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, URGs, 2011, pp.52-84.
- ALONSO, Angela. As teorias de movimentos sociais: Um balanço do debate. *Lua Nova* n° 76, São Paulo, CEDEC, 2009, pp.49-86.
- ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- ALVAREZ, Sonia E. A "Globalização" dos Feminismos Latino-americanos: Tendências dos Anos 90 e Desafios para o Novo Milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (ed.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000, pp.383-426.
- _____. Beyond NGOization? Reflections on Latin America. *Development* n°. 52(2), Rome, Palgrave-McMillan/Society for International Development, 2009a, pp.175-184.

- _____. Constituindo uma Política Feminista Translocal de Tradução. *Revista Estudos Feministas* n° 17(3), Florianópolis-SC, UFSC, 2009b, pp.743-753.
- _____. Beyond NGOization: Reflections from Latin America. In: BERNAL, Victoria; GREWAL, Inderpal. *Theorizing NGOs: States, Feminisms, and Neoliberalism*, Durham-NC, Duke University Press, 2014a, pp.285-300.
- _____. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: Movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. *Feminismos* n°. 4, 2014b.
- _____. *et alii*. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas* n° 11(2), Florianópolis-SC, UFSC, 2004, pp.541-575.
- _____.; BAIROS, Luiza. Feminismos e Antirracismo: Entraves e Interseções. Uma Entrevista com a Ministra Luiza Bairros, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). *Revista Estudos Feministas* n° 20(3), Florianópolis-SC, UFSC, 2012, pp.833-850.
- _____. *et alii*. *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Américas*. Durham, NC, Duke University Press, 2014.
- _____.; FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Dossiê Fórum Social Mundial e Feminismos. *Revista Estudos Feministas* n° 11(2) Florianópolis-SC, UFSC, 2003, pp.533-540.
- AMARAL, Marília dos Santos; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Entre Novatas, Cdzinhas e Transformers: Políticas de (re)existência na experiência de travestis iniciantes. *Historia Agora* n° 15, 2014, pp.162-184.
- BAIROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o Racismo. *Revista Estudos Feministas* n° 10, Florianópolis-SC, UFSC, 2002, pp.169-170.
- BARBOSA, Bruno Cesar. Doidas e putas: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana* (14), Rio de Janeiro, Centro Latino-americano en Sexualidad y Derechos Humanos/Instituto Medico Legal, 2013, pp.352-379.

- BARBOSA, Licia Maria de Lima. “Eu me alimento, eu me alimento, força e fé das iabás buscando empoderamento!” Expressões de mulheres negras jovens no hip-hop baiano. Teses de Doutorado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- BARRETO, Letícia Cardoso; GROSSI, Miriam Pillar; MAYORGA, Claudia. Pensando a Prostituição, a Pesquisa e a Militância. *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, Salvador, Bahia, UNEB, junho 2013.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002, pp.25-58.
- BORDA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CAMURÇA, Sílvia. Gênero e políticas públicas - a que interessa o debate sobre o tema. *Cadernos ABONG*. São Paulo, ABONG, nº 22, 1997, pp.23-26.
- CARDOSO, Claudia Pons. Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17(49), São Paulo, USP, 2003, pp.117-133.
- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora* nº 15, 2014, pp.134-161.
- CONWAY, Janet M. *Edges of Global Justice: The World Social Forum and its "Others"*. New York, Routledge, 2013.
- CORNWALL, Andrea; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. Gender Myths and Feminist Fables: The Struggle for Interpretive Power in Gender and Development. In: CORNWALL, Andrea; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. (ed.). *Gender Myths and Feminist Fables: The Struggle for Interpretive Power in Gender and Development*. London, Wiley-Blackwell, 2007, pp.1-19.

- CORRÊA LEITE, José. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Com a colaboração de Carolina Gil.
- CORRÊA, Sônia. Gênero e desenvolvimento: de que estamos falando? *Cadernos ABONG* n° 22, São Paulo, ABONG, 1997, pp.5-10.
- COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M.. Teoria e praxis feministas nas ciências e na academia: Os núcleos da mulher nas Universidades Brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Edição Especial, Florianópolis-SC, UFSC, 1994.
- COSTA, Claudia de Lima. O Tráfico em Gênero. *Cadernos Pagu* (11), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1998, pp.127-140.
- COSTA, Claudia de Lima. Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais. In: BIDASECA, Karina *et alii* (ed.). *Genologías e Memorias Poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires, Ediciones Godot, 2014, pp.260-293.
- COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. Política Feminista de Tradução nas Américas Latinas. *Revista Estudos Feministas* n° 17(3), Florianópolis-SC, UFSC, 2009, pp.739-742.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos ea construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (ed.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp.279-302.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra; Campinas-SP, Unicamp, 2006, pp.13-91.
- DE LA CADENA, M. Indigenous Cosmopolitics in The Andes: Conceptual Reflections beyond "Politics". *Cultural Anthropology* n° 25(2), Durham, NC, Duke University Press, 2010, pp.334-370.
- DIANI, M. Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks:From Metaphor to Substance"? In: DIANI, M.; MCADAM, Doug. *Social Movements and Networks: Relational*

- Approaches to Collective Action...* New York, Oxford University Press, 2003, pp.1-20.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. Latin America at a Crossroads: Alternative Modernizations, Post-Liberalism, or Post-Development? *Cultural Studies* n° 24(1), Durham, NC, Duke University Press, 2010, pp.1-65.
- FARIA, Nalu. *El Feminismo Latinoamericano y Caribeño: Perspectivas frente al Neoliberalismo*. São Paulo, REMTE/Oxfam, 2006.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo, Cadenos Sempre Viva, Textos para a ação feminista, 1997.
- FERREIRA, Gleidiane de S. Feminismo e Redes Sociais na Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Ártemis* n° XV(1), João Pessoa-PB, Universidade Federal de Paraíba, 2013, pp.33-43.
- FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. *A Theory of Fields*. New York, Oxford University Press, 2012.
- GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América*. Ciudad de México, Editorial Corte y Confección, 2014.
- GOHN, Maria da Gloria. *Novas Teorias de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 2012.
- GOHN, Maria Gloria. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. *Revista Meta: Avaliação* n° 5(14), 2013.
- GOLDFARB, Raquel; MINELLA, Luzinete; LAGO, Mara. Marcha das Vadias na Paraíba: Sororidades, Performances, e Linguagens. *Anais do Congresso – Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos*, Florianópolis-SC, 16-20 setembro, 2013.
- GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima; OLIVEIRA, Elismênia. Das Idades transitórias: As “jovens” no feminismo brasileiro contemporâneo, suas Ações e seus dilemas. *Revista Feminismos*, Salvador, Bahia, NEIM/Universidade Federal da Bahia, n° 1(3), 2013.
- HAWKESWORTH, Mary E. *Globalization & Feminist Activism*. Boulder, CO, Rowan & Littlefield, 2006.

- HERNÁNDEZ Castillo; ROSALBA, Aída. The Emergence of Indigenous Feminism in Latin America. *Signs* n° 35(3), Newark, NJ, Rutgers University, University of Chicago Press, 2010, pp.539-545.
- JURIS, Jeffrey J. *Networking Futures: The Movements against Corporate Globalization*. Durham, NC, Duke University Press, 2008.
- JURIS, Jeffrey J. Reflections on #Occupy Everywhere: Social Media, Public Space, and Emerging Logics of Aggregation. *American Ethnologist* n° 39, Malden, MA, American Anthropological Association/ Blackwell Publishing, 2012, pp.259-279.
- LEBON, Nathalie. Social Justice Feminism at Work: Redistribution and Recognition in the Marcha Mundial das Mulheres in Brazil. Trabalho apresentado na *Latin American Studies Association*, Chicago, maio 2014.
- MACAULAY, Fiona. *Gender Politics in Brazil and Chile: The Role of Parties in National and Local Policymaking*. New York, Palgrave MacMillan, 2006.
- MAGRINI, Pedro; LAGO, Mara. A incorporação de lutas transversais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Mal Estar e Sociedade* (10), Belo Horizonte, EdUEMG - Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2013, pp.13-37.
- MAIA, Suzana. Identificando a branquidade inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na Mídia Transnacional. *Cadernos Pagu* (38), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2012, pp.309-341.
- MARQUES, Gabriela. *Cena Anarcopunk: Resistências feministas em um “espaço masculino” (1990-2012)*. Tese de qualificação para o doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- MISCHE, Ann. Projecting Democracy: The Formation of Citizenship Across Youth Networks in Brazil. *International Review of Social History* n° 40(3), 1995, pp.131-158.
- MISCHE, Ann. Cross-talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (ed.). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. New York, Oxford, 2003, pp.258-280.

- MISCHE, Ann. *Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton, Princeton University Press, 2008.
- MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. *Social Policy & Administration* n° 40(4), Nova Iorque, Wiley, 2006, pp.425-449.
- NAME, Leo; ZANETTI, Julia. Meu Corpo, Minhas redes: A Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *Anais da ANPUR*. 2013.
- OLIVEIRA, Guacira Cesar de; SANT'ANNA Vânia. Chega de Saudade, A Realidade É Que... *Revista Estudos Feministas* n° 10(1), Florianópolis-SC, UFSC, 2002, pp.199-207.
- PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Space. *Antipode* n° 34(3), Nova Iorque, Wiley, 2002, pp.380-404.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História* n° 26(52), São Paulo, USP/ANPUH, 2008, pp.249-272.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis-SC, Editora Mulheres, 2010.
- PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, A. M. *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis-SC, Editora Mulheres, 2011.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTO AGUIAR, Vliênia. Margaridas em Marcha: mulheres do campo e da floresta se construindo como sujeito político. Texto para Seminário de tese, Unicamp, 2011.
- RAGO, Margaret (ed.). Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas. *Labrys/Estudos Feministas*, edição especial, 2009.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. *Revista Estudos Feministas* n° 3(2), Florianópolis-SC, UFSC, 1995, pp.446-458.

- RICHARDS, Patricia. *Pobladoras, Indígenas, and the State: Conflicts over Women's Rights in Chile*. New Brunswick, NJ, Rutgers University Press, 2004.
- RÍOS TOBAR, Marcela; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile postdictadura*. Santiago, Centro de Estudios de la Mujer; Editorial Cuarto próprio, 2003.
- ROUSSEAU, Stephanie. Indigenous and feminist movements at the constituent assembly in Bolivia: locating the representation of indigenous women.(Report). *Latin American Research Review* n° 46(2), Montreal, McGill University/LASA, 2011, pp.5-28.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras o Brasil. *Sociedade e Cultura* n° 12(2), Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2009, pp.275-288.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes Emancipatórias: Nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba, Appiris, 2012.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Trabalho apresentado no *Seminário Movimentos sociais e participação no Brasil: Diálogos transversais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: Alíbi ou conquista? *Revista Estudos Feministas* n° 1(2), Florianópolis-SC, UFSC, 1993, pp.348-365.
- SEN, Jai *et alii*. *World Social Forum: Challenging Empire*. New Delhi, The Viveka Foundation, 2004.
- SILVA, Berenice Gomes da. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2008.
- SIMÕES, Soraya Silveira. Identidade e política: a prostituição eo reconhecimento de um métier no Brasil. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar* n° 2(1), São Carlos-SP, UFSCar, 2010, pp.24-46.
- SLOVIK, Liz. *Aqui Ninguém é Branco*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.

- SOARES, Vera. Feminismo e ONGs. In: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG (ed.). *O Impacto Social do Trabalho das ONGs no Brasil*. São Paulo, ABONG, 1998, pp.38-60.
- SPEED, Shannon; CASTILLO, R. Aída Hernández; STEPHEN, Lynn M. *Dissident Women: Gender and Cultural Politics in Chiapas*. Austin, TX, University of Texas Press, 2006.
- STERNBACH, Nancy Saporta et alii. Feminisms in Latin America: From Bogota to San Bernardo. In: ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E. *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*. Boulder, CO, Westview Press, 1992, pp.393-434.
- TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. New York, Cambridge University Press, 1998.
- TAYLOR, Verta; WHITTIER, Nancy E. Analytical Approaches to Social Movement Culture: The Culture of the Women's Movement. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. *Social Movements and Culture*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1995, pp.163-187.
- THAYER, Millie. Translations and Refusals: Resignifying Meanings as Feminist Political Practice. In: ALVAREZ, Sonia E. et alii. *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Americas*. Durham, NC, Duke University Press, 2014, pp.401-422.
- THAYER, Millie. *Making Transnational Feminism: Rural Women, NGO Activists, and Northern Donors in Brazil*. New York, Routledge, 2010.
- WILLS, María Emma. Los Cinco Viajes de los Feminismos en Colombia (1980-1999): Avances y Estancamientos. In: PANFICHI, Aldo. *Sociedad Civil, Esfera Pública y Democratización: Andes y Cono Sur*. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú; México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 2002, pp.411-448.
- ZANETTI, Julia; SOUZA, Patricia. Jovens no feminismo e no Hip Hop na busca por reconhecimento. In: *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, Bahia, 1-4 de junho de 2008.